

Diário da Assembléia

Nº 3059 - 3060 - 3061

CURITIBA, 24, 25 e 26 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7a LEGISLATURA — 4a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélis Guimarães Sotelo-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 105ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 24 de Junho de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Aginaldo Pereira Lima — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Maurício Fruct (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Lázaro Dumont — Quielise Crisóstomo e Rosário Pitelli (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 114-74, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 215-69, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria sob forma de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Cascavel. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 115-74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 106ª Sessão Ordinária Realizada em 24 de Junho de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Lázaro Dumont — Quielise Crisóstomo e Rosário Pitelli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, solicitando Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 19-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 61-74 e a inclusão na Ordem do Dia da Sessão de amanhã.

Requerimento

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações e aplausos, ao Presidente Ernesto Geisel e ao futuro candidato da Arena a governança, Senhor Jayme Canet Júnior, pela indicação dos nomes do Senador Octávio Cesário Pereira Júnior e Deputado João Mansur, para candidato da Arena a Vice-Governador e Senador, no pleito de 15 de novembro próximo.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Foi com satisfação que recebemos sexta-feira última, a notícia transmitida pelo Vice-Governador Jayme Canet Júnior, de que o Presidente Ernesto Geisel havia indicado os nomes dos Senhores Octávio Cesário Pereira Júnior e Deputado João Mansur, para candidaturas da Arena a Vice-Governador e Senador da República, respectivamente. São duas personalidades políticas dotadas do mais alto espírito público, integradas na vida pública do Estado, há muitos anos, que honrarão, por certo, a confiança da Revolução, das lideranças arenistas e do povo paranaense. Os nomes dos Senhores Octávio Cesário Pereira Júnior e de João Mansur merecem o maior crédito da coletividade paranaense, pelo muito que já realizaram em favor da causa pública, exercendo as mais diversas funções, com altivez e dignidade. Em anexo, estamos encaminhando para que conste dos Anais da Casa, alguns dados biográficos dos Senhores Octávio Cesário Pereira Júnior e Deputado João Mansur que atestam as atividades daqueles dois parlamentares no exercício de funções públicas e em empreendimentos na vida privada.

SENADOR OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

CURRÍCULO

Nasceu em Itajaí-SC, a 7 de fevereiro de 1926, filho de Octávio Cesário Pereira e de Maria de Souza Pereira (já falecida).

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná. É formado também em Contabilidade. Além de advogado, é fazendeiro.

No plano municipal, foi Promotor Público interino de Londrina, no período 1951-52; conselheiro da sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e conselheiro da Sociedade Rural do Paraná.

Presidiu em Cambé a Associação Rural; o Diretório da União Democrática Nacional (UDN) e o Diretório da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

No plano estadual, foi Secretário do Trabalho e Assistência Social do Paraná (1965-66) e Secretário interino da Saúde Pública (1965), ambos os cargos exercidos no Governo Ney Braga. Foi ainda Secretário do Interior e Justiça, de agosto de 1973 a março de 1974, no Governo Emílio Gomes.

No plano federal, foi Deputado Federal na legislatura 1964-65; chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura (1966-67), quando era Ministro, Ney Braga; suplente do Senador Ney Braga, de 1967 a 1974; novamente Deputado Federal, na legislatura 1973-74, tendo assumido a cadeira de Senador em março de 1974, com a ascensão de Ney Braga ao Ministério da Educação e Cultura, quando então renunciou à Câmara dos Deputados e se exonerou da Secretaria do Interior e Justiça.

Na vida estudantil, o Senador Octávio Cesário foi presidente do Conselho Permanente da União Paranaense dos Estudantes do Paraná (1949-50); presidente do Diretório Acadêmico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1950-51) e membro efetivo do Conselho da Congregação da Universidade Federal do Paraná.

Como deputado federal, foi membro efetivo da Comissão Permanente de Economia da Câmara dos Deputados (1964-65); membro suplente da Comissão de Agricultura (1964-65) e novamente membro efetivo da Comissão de Economia, em 1973.

Na qualidade de Secretário do Interior e Justiça, chefiou em fevereiro de 1973 missão especial do Governo do Estado ao Paraguai, sendo recebido em nome do Governador Emílio Gomes pelo Presidente Alfredo Stroessner.

Como Senador, é membro titular das Comissões Permanentes do Distrito Federal; de Legislação Social e de Agricultura. É suplente na Comissão de Relações Exteriores. Foi ainda presidente da comissão mista (Senado Federal e Câmara dos Deputados) do decreto-lei 1319-74, para assuntos do funcionalismo da Capital da República.

É, finalmente, membro da comissão especial que estuda o projeto de fusão no Congresso, entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Casado com Elaine Aparecida Bonalumi Cesário Pereira possui quatro filhos: Eliane Marz Cesário Pereira; Sandra Márcia Cesário Pereira; Octávio Cesário Pereira e Leila Maria Cesário Pereira.

Povo, revolução, governo: as opiniões do futuro Vice do PR

"Quando o povo deixa de procurar os órgãos públicos, quando deles se ausenta, não é porque está satisfeito e nada tem a reivindicar, mas porque se diluiu no Governo e alguma coisa deve estar errada em algum lugar, quase sempre em nós mesmos, os dirigentes". Esta declaração do Senador Octávio Cesário, feita em seu discurso de entrega do cargo de Secretário do Interior e Justiça, em março último retrata bem a formação política do futuro Vice-Governador do Paraná.

Sobre a revolução de 1964, diria ele em agosto, quando foi empossado na Pasta política de Emílio Gomes: "pode parecer um paradoxo, mas ela foi feita porque ninguém mais acreditava na ordem legal carcomida: "as instituições não funcionaram", afirma o preâmbulo do Ato I e, portanto, se já completamente carcomida e corrompida, urgia ser restabelecida a ordem novamente, desde suas bases".

Municípios

Quanto à importância dos municípios para a administração do Estado, entendeu Octávio Cesário em pronunciamento feito em dezembro do ano passado que "todas as metas do Governo estadual só poderão ser plenamente sucedidas se houver a necessária correspondência e receptividade junto às lideranças municipais. Os prefeitos são os vigilantes atentos das potencialidades de suas regiões específicas".

"Respeita-lhes, pois, não só a boa administração dos negócios das comunidades que os escolheram, como ainda a compenetração de que todo o esforço de crescimento dos municípios deve estar voltada para um fim superior, qual seja, o de desenvolvimento e progresso do próprio Estado", acrescentou.

Governo deve ser aglutinador

Em um relatório de janeiro, apresentado como Secretário do Interior e Justiça ao Governador Emílio Gomes, dando conta da situação política do Estado, Octávio Cesário assim manifestava sua noção da administração pública: "certamente que um governo se mede pelos seus erros, pelos seus acertos, pelo seu dinamismo, pela sua imagem perante a opinião pública e até mesmo, e isso é muito importante, pela dose de entusiasmo e otimismo que transfere a todas as classes".

E prosseguiu: "mas também se mede pela capacidade de pacificação e aglutinação de forças vivas, capazes de influenciar a opinião pública e, principalmente, de aglutinar líderes. Por outro lado, se um governo necessita do respaldo político, também, é óbvio, não pode negar à classe política seu prestígio".

Deputados federais e Senadores do PR

"Grande parte do prestígio que hoje o Paraná goza nos meios nacionais se deve à atuação uniforme e coesa da bancada paranaense em Brasília, o que prova que temos liderança e que ela está agindo em benefício do Estado. Estabelecendo a confiança, o otimismo e a credibilidade da nação pelo Paraná".

Esta declaração foi feita por Cesário em 20 de setembro de 1973, ao retornar de Brasília, onde fora presenciar a convenção da ARENA que indicou o general Ernesto Geisel como candidato à Presidência da República.

Obra de Emílio

As principais tarefas de Emílio Gomes à frente do Governo, ao completar três meses de administração, em novembro último, tinham sido, segundo seu então Secretário do Interior e Justiça, "o fortalecimento da classe política paranaense, a harmonia entre os poderes constituídos, a dinamização empreendida em todos os setores da administração pública e o restabelecimento do clima de confiança entre os paranaenses".

A política

Assim o futuro Vice-Governador do Paraná conceituou a política, em declaração feita em dezembro: "é um suceder de fatos a requerer um trato franco, seguro e imediato. O descuido, a desatenção, a demora, geram embaraços e dificuldades para a solução do assunto político. A medida que acontecem, devem ser resolvidos, sob o risco de se avolumarem e responderem por consequências imprevisíveis".

Desenvolvimento e a colaboração

"O processo de desenvolvimento homogêneo advém da colaboração mútua e os paranaenses estão prontos para continuar trabalhando por um Brasil industrializado, soberano e grande", diria Octávio Cesário a um grupo de 70 senadores e deputados que, em nome do Congresso Nacional, visitavam em Foz do Iguaçu, no ano passado, o local onde será construída a usina hidrelétrica de Itaipu.

Comércio

Quando determinou a dilatação do expediente da Junta Comercial, até então restrito a um período, observou Cesário, em agosto: "as atividades comerciais e industriais por sua dinâmica, sua rapidez e celeridade. Não se pode perder tempo no comércio e é óbvio que, devendo o Estado aos comerciantes e industriais tanto de seu desenvolvimento econômico, tem o dever de lhes facilitar as atividades em especial para aqueles que vêm do interior".

BIOGRAFIA DO SR. DEPUTADO JOÃO MANSUR, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

João Mansur, 51 anos, nasceu em Irati, a 22 de julho de 1923, filho de Abib Mansur e Da. Nazle Kifuri Mansur. Iniciou sua carreira política lá mesmo em Irati, elegendo-se vereador em 51, cargo que ocupou até 55. Neste ano, foi conduzido à Prefeitura Municipal, como candidato único, mas apoiado por uma coalizão de sete Partidos. Casado com D. Magdalena Mansur, tem dois filhos; Leila Maria e João Abib Mansur. Industrial, diretor de várias empresas, o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná tem curso na ADESG e é homem decididamente inclinado para a política. Após deixar a Prefeitura de Irati em 58, foi eleito deputado estadual com 5 mil votos. De lá para cá reeleitou-se mais três vezes, aumentando consideravelmente seu prestígio eleitoral: em 1962, conseguiu 11.200 votos; em 66, 33.000 votos e finalmente em 70 logrou obter 40.175 votos.

Membro do Diretório Regional da Arena e depois de ter sido Presidente da Assembleia Legislativa em 1967, João Mansur foi Líder da Arena e do Governo, até ser escolhido novamente Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná por votação maciça, pois teve 44votos a seu favor de um total de 47. No pedido de afastamento do Governador Parigot de Souza, Mansur assumiu o Poder Executivo Estadual, quando o então Governador solicitou licença para tratamento de saúde.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, e nem para o Grande Expediente, declaro livre a palavra. (Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 219-73, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. — Aprovado.

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 1-74 de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 112-73, que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. (com EMENDA de 3.a Discussão). Aprovada a Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04-74 de autoria do Dep. Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-74, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Orfanato São Valdomiro, com

sede na cidade de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23-74, de autoria da Comissão Executiva, que integra na Parte Permanente os atuais cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-74

Art. 1.º — Passam a integrar a Parte Permanente, os atuais cargos da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia.

Art. 2.º — Os cargos de Assistente Técnico somente serão providos por funcionários públicos estáveis portadores de diploma de Bacharel em Direito.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1974.

(a) João Mansur — Presidente

(a) Jorge Sato — 1.º Secretário

(a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário

JUSTIFICAÇÃO: O retorno dos cargos para a parte permanente visa impedir que sua extinção, na hipótese de vaga, represente para o funcionamento da Assembleia um desfalque irreparável, como é o caso do assessoramento técnico-legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-74

A egrégia Comissão Executiva, no exercício de prerrogativa que lhe é conferida pelo inciso I, do art. 23 do Regimento Interno, propõe o retorno, à parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria, dos cargos atualmente constantes da parte suplementar, bem como restaura a condição de ingresso nos cargos que especifica.

Tais cargos, segundo demonstrou a experiência e os imperativos de modernização dos legislativos, são imprescindíveis ao Poder, especialmente os de assessoramento técnico-legislativo, de sorte que a vacância, implicando em extinção automática, representaria a curto prazo, irreparáveis prejuízos ao eficiente funcionamento da própria Assembleia.

De outro lado, a iniciativa não implica na criação de qualquer ônus ao erário, nem, consequentemente, atribui qualquer vantagem pecuniária aos ocupantes dos referidos cargos.

A competência constitucional para a Assembleia legislar na matéria advém do disposto no art. 16 da Constituição vigente, in verbis: "compete à Assembleia Legislativa dispor em regimento interno, acerca de sua organização, política interna e provimento dos cargos de seus serviços".

Por essas razões, opino pela aprovação do Projeto em exame.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1974.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Ass. Ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17-74, de autoria do Dep. Antônio Belinati, permite a participação direta do Povo na Tribuna da Assembleia Legislativa do Estado e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 17-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo Primeiro — Fica assegurado o direito de ocupação da Tribuna da Assembleia Legislativa, de cidadãos radicados no Estado e que sejam portadores de assuntos de real interesse da coletividade.

Artigo Segundo — Nas Sessões realizadas às sexta-feiras a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa reservará 10 minutos que poderão ser utilizados por pessoas que não sejam deputados dentro do que preceitua o artigo anterior.

Artigo Terceiro — A mesa-executiva da Assembleia Legislativa nomeará uma Comissão Permanente de 3 deputados, que ficarão incumbidos de receber as inscrições dos interessados, fazendo-se constar o temo a ser abordado. O critério para a fixação da data de participação do interessado se dará de acordo com a importância do assunto a ser enfocado no Legislativo.

Artigo Quarto — A mesa-executiva afixará instruções visando a fiel observância da presente lei.

Artigo Quinto — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13.03-1974.

(a) Antonio Belinati

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 17-74

Pretende o plano de lei instituir, como praxe, uma tribuna livre na Assembleia Legislativa do Paraná para ser usada por qualquer cidadão, na forma como dispõe e dependendo de instruções posteriores da Comissão Executiva.

Em que pese a aparente abertura proposta pelo Projeto de Lei, no sentido de dar acesso e palavra ao povo, dentro do Legislativo, a instituição, na verdade, consiste numa cabal negativa da própria função do parlamentar, onde se presume expressar ele como mandatário eleito, a própria opinião pública. É obrigação parlamentar trazer à Assembleia os assuntos de interesse da coletividade, investindo-se o Deputado, nessa circunstância, do papel de porta-voz para o qual é remunerado, cabendo-lhe colher os elementos, suscitar os assuntos e propor soluções. Aliás, a própria instituição parlamentar e evolução das tribunas livres: na medida em que as sociedades se ampliaram e suas relações inter-individuais ficaram mais complexas, surgiu a necessidade de atribuir a determinados indivíduos, dotados de liderança, a tarefa de representação, para a qual, exatamente, são escolhidos e recompensados.

Por outro aspecto: as necessidades da Assembleia de esclarecer-se sobre determinados assuntos, são supridas, nos atuais dispositivos regimentais, pela possibilidade de convidar-se a qualquer pessoa, ou a convocar-se assessores da administração, para que ofereçam o depoimento julgado necessário. Assim tem sido em várias oportunidades, com a vantagem de ouvir-se, então, pronunciamentos pertinentes aos assuntos sob exame da Casa.

Nestas condições, entendemos o plano de lei como contraproducente ao prestígio desta Assembleia, por negar as próprias finalidades da representação parlamentar, e inócuo, naquilo que pudesse interessar como fonte de in-

formações, visto que o atual Regimento não coíbe convites ou convocações. Elogiando entretanto, o espírito que deve ter norteado o proponente, por certo movido por eloculações sobre as origens da representação popular e democrática, somos assim mesmo forçados a oferecer parecer contrário ao presente plano de lei.

Sala das Sessões, 15 de maio de 1974.

Erondy Silvério
(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 30-74, que objetiva criar no Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário nível 24 (vinte e quatro) e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

30-74

Curitiba, 27 de maio de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, no Quadro Único de Pessoal e com lotação na Biblioteca Pública do Paraná, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário, nível 24.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1.003-74, de 24 de abril próximo passado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com o devido detalhamento, sobre a significação, necessidade e elevado interesse público da medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado JOAO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Ficam criados na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo, vinte e dois (22) cargos nível 24, na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, do atual Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo.

Art. 2.º. As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias da Biblioteca Pública do Paraná (Código 3.1.1.1.01).

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Gabinete do Secretário

Of. n.º 1003-74

Curitiba, 24 de abril de 1974.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douta Assembléia Legislativa Estadual, a fim de que sejam criados vinte e dois (22) cargos nível 24, na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, do atual Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo.

Por ocasião da criação da Biblioteca Pública do Paraná, por força da Lei n.º 2.358, de 4 de fevereiro de 1955, foi igualmente criada como carreira privativa do mesmo órgão, a carreira de Bibliotecário, com o total de quarenta (40) cargos, considerado naquela oportunidade como sendo o número mínimo necessário ao normal funcionamento do estabelecimento.

Dezenove (19) anos depois, e apesar do crescimento dos serviços técnicos da Biblioteca, inclusive como decorrência da criação de novas seções especializadas, entre as quais a de Biblioteca Volante, que atende aos bairros e municípios limítrofes, e a de Assistência a Bibliotecas Municipais, o número de cargos da mencionada carreira, em vez de aumentar, para atender às novas tarefas impostas ao órgão, está atualmente reduzido a apenas vinte cargos, justamente à metade de sua composição original.

Acresce, Senhor Governador, a Biblioteca Pública do Estado constitui justo orgulho da terra e da gente paranaense, devendo merecer todo apoio do poder público, mormente na hora em que os relevantes serviços que presta à causa da educação começam a ressentir-se, mais profundamente, da falta de pessoal especializado, a tal ponto que em certos momentos até servidores são mobilizados para atender leitores.

Além disso, o simples restabelecimento do número original de cargos da carreira, aliado ao alto espírito dos bibliotecários poderá sanar, desde logo, uma das graves falhas da instituição, que é a de não possuir expedientes aos domingos.

Finalmente, em recente concurso de provas e títulos para provimento de cargos da referida carreira foram aprovados vinte e oito (28) candidatos, dos quais sete (7) já foram nomeados, porém desses sete (7) dois destes já trabalhavam no estabelecimento e dois foram designados para outros órgãos, de forma que o corpo técnico da Casa ficou acrescido de apenas dois (2) novos elementos.

Em face dos motivos expostos, há razões bastante numerosas e expressivas, que justificam a proposta que ora tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minha mais nobres expressões de consideração e respeito.

CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário da Educação e Cultura

A Sua Excelência o Senhor
DOUTOR EMILIO HOFFMANN GOMES,
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 83-74

PARECER

O presente Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 30-74, na qual o Poder Executivo encaminha a esta Casa de Leis, anteprojeto de Lei que objetiva criar, no Qua-

dro Único de Pessoal e com lotação na Biblioteca Pública do Paraná, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário, nível 24.

Anexo ao Projeto cópia autêntica da Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, justificando convincentemente a oportunidade da medida em exame.

Sob o aspecto constitucional a propositura tem o respaldo do art. 47, inciso I, da Carta Estadual, quando estabelece a competência privativa do Governador do Estado para iniciar o processo legislativo das Leis que criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos.

Juridicamente ou legalmente a propositura é escoreita.

Quanto à forma, nada há a contestar.

Face as considerações acima expendida, opino pelo ACOLHIMENTO da medida para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 83-74

1 — Com a Mensagem em exame, objetiva o Senhor Chefe do Poder Executivo alcançar do Poder Legislativo a criação, na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo, vinte e dois (22) cargos de Bibliotecário nível vinte e quatro (24).

2 — Sobre o mesmo, já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça. Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão se pronunciar, nada há a opor, razão por que somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto R. Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 19-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações e aplausos ao Sr. Presidente da República e ao futuro candidato da Arena à governança Sr. Jayme Canet Júnior, pela indicação dos nomes do Senador Octávio Cesário Pereira Júnior e Sr. Deputado João Mansur, para candidato da Arena a Vice-Governador e Senador, no pleito de 15 de novembro próximo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 61-74 e a inclusão na Ordem do Dia da Sessão de amanhã. — Aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Solicitei a palavra para aproveitar a oportunidade para trazer uma informação solicitada pelo Sr. Deputado Erondy Silvério na última Sessão realizada na semana passada em que o Sr. Deputado solicitava informações sobre onde se encontrava uma proposta de S. Exa. o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná encaminhada ao Sr. Governador do Estado na qual propõe melhorias de vencimentos e melhores condições para os oficiais de justiça e escrivães do crime do Tribunal de Justiça. Devo informar ao Sr. Deputado autor daquele Requerimento que S. Exa. o Sr. Governador, na manhã de hoje analisou a situação, digo, a solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça e no decorrer desta semana encaminhará a esta Assembléia Legislativa mensagem propondo concessão de melhoria de vencimentos para os oficiais de justiça e para os escrivães do crime, informação esta que presto ao final da Sessão, porquanto no Pequeno Expediente eu estava ausente desta Sessão. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pretendo amanhã, Sr. Presidente, ocupar a Tribuna para, de público, agradecer, em nome dos Srs. Oficiais de Justiça a providência sancionada do Exmo. Sr. Governador Emilio Gomes. Mas não quero deixar fugir a oportunidade para, em primeiro lugar, agradecer a presença e a dedicação que o nobre Deputado Ivo Thomazoni, eminente Líder do Governo nesta Casa atende a solicitação de seus liderados o que faço com muito orgulho em dizer, porque o nobre Deputado, Líder do Governo, com elevação de propósitos tem se conduzido de acordo com todos os seus integrantes da Bancada da Arena e ainda mais, uma consideração é lembrar que eu disse que abençoado era que o Presidente Emilio Garrastazu Médici havia corrigido o erro anterior que havia indicado para o Governo deste Estado o ex-Governador de triste memória para todos os paranaenses, corrigiu este erro e houve por bem indicar para o povo paranaense a figura humilde, humana e extremamente simpática do atual Governador do Estado. Eu sempre disse que a sensibilidade humana de S. Exa. o Sr. Governador Emilio Gomes era irrefutável, que ele tinha sempre em sua mente minicar o sofrimento da gente paranaense, trabalhar sempre pelo engrandecimento deste Estado, mais uma vez comprovou-se que estava com razão. Não sou de elogiar ninguém e muito menos de bajular porque não preciso de Governo nem no terreno econômico nem no político. Sou um homem, graças a Deus, independente e represento o povo da Capital, que é um eleitorado culto e independente, mas tenho que reconhecer que o Sr. Emilio Gomes vem correspondendo aos anseios da gente paranaense e parece-nos que agora o povo do Paraná já pode absolver o ex-Presidente Emilio Garrastazu Médici, daquela tremenda mancada que deu ao indicar para o Governo do Estado do Paraná um nome, como já disse, que para o Paraná é de triste recordação.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Fica registrado nos Anais da Casa as informações proferidas pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, digníssimo Líder do Governo do Estado, bem como as manifestações de júbilo do nobre Deputado Erondy Silvério.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 23-74 e de Lei n.º 83-74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 107ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 25 de Junho de 1974
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Muggiati Filho.

As 1400 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Aguinaldo Pereira Lima — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — João Fadel — Paulo Poli e Quielise Crisóstomo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da tAa da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 115-74 Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 192-73, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 120-74.
 Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 108ª Sessão Ordinária
Realizada em 25 de Junho de 1974
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Aguinaldo Pereira Lima — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — João Fadel — Paulo Poli e Quielise Crisóstomo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 312-74, do Senhor Oscar Alves Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, comunicando haver assumido o cargo de Reitor daquela Universidade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 157-74, do Senhor Oskilde Marcos Malucelli, Comandante do Policiamento do Interior, comunicando haver assumido o Comando daquele Policiamento. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

TELEGRAMAS:

Da Mesa Diretora da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas realizada em Umuarama, nos seguintes termos:

A Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas das Assembléias de Deus no Estado do Paraná vg tem a honra de comunicar a Vossa Excelência que na data de 11 a 14 de 7 de 1974 achar-se instalada na cidade de Umuarama Estado do Paraná a Rua Antonio Ostrenski n.º 3690 a XIV Convenção Estadual pt A mesma invoca a Deus por vossa prosperidade. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Gervasio Bordignon, em nome da Associação dos Professores de Palmas, nos seguintes termos:

Professores Suplementaristas Palmas Pr calamidade financeira pt Motivo atraso vencimentos desde março pt Solicita urgentes providências pt (APROPAL) MEC MIJ GOVERNADO ESTADO SEC. — Ao conhecimento da Casa.

EMENDA:

EMENDA

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-74

O artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

Os cargos de Assistente Técnico somente serão providos por funcionários públicos estáveis, portadores de Diploma de Bacharel em Direito ou Bacharel em Administração Pública.

JUSTIFICATIVA: Ao apresentarmos a presente emenda à apreciação dos Senhores Deputados, fazêmo-lo baseado na aplicação do Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, que em seu Capítulo II — Do campo e da atividade profissional, diz o seguinte:

Art. 3.º — A atividade profissional de Técnico de Administração como profissional liberal ou não, compreende:

a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;

b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho....

c) exercício de funções e cargos de Técnicos de Administração do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico, Sociedade de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais....

d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior assessoramento e consultoria em órgão, ou seus departamentos da administração pública ou entidades privadas, cujas atribuições envolvam principalmente a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração.

Levando em consideração que o Assistente Técnico deve fazer o assessoramento e consultoria em nível superior, achamos que o bacharel em administração ao lado do bacharel em direito, seria o ideal para uma assessoria completa em todos os sentidos, tanto legal como técnica.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

(a) — Fuad Nacli

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 83-74.

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 83-74.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que a Sessão Plenária de amanhã dia 26, quinta-feira seja realizada no período matinal às 10,00 horas.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

(a) — Borsari Netto

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 90-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina tem por objetivo prestar assistência social e educacional, com caráter beneficente e caritativo a crianças, jovens, adultos e velhos da comunidade londrinense, através de creches, educandários, hospitais, casas de amparo, etc. Estando em atividades desde 1967 tem prestado os mais relevantes serviços à comunidade, de maneira cristã e desinteressada. É de inteira justiça que o Poder Público a reconheça como de utilidade pública, para que possa auferir dos benefícios legais. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O exercício da Liderança do Governo nesta Casa tem sido, para mim, tarefa árdua e de constante aprendizado com o trato dos assuntos legislativos. Não raras vezes, a defesa do ponto de vista do Sr. Governador do Estado, em relação às matérias postas à apreciação deste Legislativo, impõe ao Líder do Governo o empenho da sua palavra, aguardando futuras providências a serem tomadas pelo Governo do Estado, na pessoa do Sr. Governador do Estado.

Tais atitudes às vezes, parecem inconsequentes, mas não o são, porque quando falamos em nome do Sr. Governador, estamos certos de que o compromisso por S. Exa. assumido, e por nós transmitido nesta Casa, será, e tem sido sempre honrado.

Já se tornou patente, que o Governador Emílio Gomes, tem os olhos voltados, única e exclusivamente, para a solução dos problemas que afligem à coletividade paranaense.

Quando da discussão da votação da Mensagem Governamental, nesta Casa, que institua uma gratificação de produtividade aos atuais integrantes das diferentes séries e classes funcionais do Poder Executivo, membros da Magistratura e Ministério Público, Conselheiros e auditores do Tribunal de Contas, e Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas, várias vezes de Parlamentares se levantaram nesta Casa contra a medida na forma em que havia sido proposta pelo Governador. Pois a mesma deixava de lado os funcionários do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas. Naquela oportunidade, empenhei reiteradamente a minha palavra, de que o Sr. Governador haveria tão logo, recebesse o autógrafo oriundo daquela Mensagem, re-

meter a esta Casa nova Mensagem governamental estendendo aquele benefício aos funcionários integrantes da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes, Legislativo, Executivo e do Tribunal de Contas. Na manhã de hoje, no Palácio Iguaçu, presenciei juntamente com o Sr. Presidente João Mansur, o ato governamental que sancionou o Projeto de Lei n.º 20-74 e ao mesmo tempo em que S. Exa. sancionava aquela Mensagem, concedia aos funcionários do Poder Legislativo, Magistratura, Ministério Público, Desembargadores, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas o benefício da gratificação de produtividade. No mesmo instante S. Exa. assinava a Mensagem que deve chegar a esta Casa, ainda no dia de hoje, estendendo aquele benefício da gratificação de produtividade aos funcionários dos demais Poderes, dando cumprimento portanto, a que o Governo, através da minha palavra, havia se comprometido fazer.

Há portanto, razão bastante, para desta Tribuna, anunciar a medida governamental declarando que reitero a minha confiança, na palavra de S. Exa. o Dr. Emílio Gomes, Governador do Estado.

E não poderia também deixar de registrar o fato de haver S. Exa. o Sr. Governador do Estado, em data de ontem, assinado a Mensagem Governamental que visa beneficiar os oficiais de Justiça, Escrivães das Varas Criminais e de Menores, e ainda os Porteiros de auditórios do Poder Judiciário, justamente aqueles, cujo vencimento, estão muito aquém do que seria recomendável, para fazer face às despesas primárias para a manutenção das suas famílias.

Quero fazer esta comunicação também ao Deputado Erondy Silvério, que havia feito da Tribuna indagações dirigidas neste sentido, para dizer que os apelos desta Casa tiveram, junto ao Sr. Governador do Estado, o eco. Registro portanto, esta providência governamental, que demonstra por certo, a sensibilidade do Dr. Emílio Gomes, ao atender as justas pretensões desta classe funcional, a quem as medidas em tão boa hora visa beneficiar. Por outro lado, Sr. Presidente, devo afirmar que apresentei uma Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 267-73, que visa criar cargos no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dando aquele órgão, dentro da doutrina administrativa daquele Tribunal, condições de melhor operosidade no sentido de atender os inúmeros encargos que tem sob sua responsabilidade. A Emenda tem amparo constitucional, porquanto visa suprimir quatro cargos de Diretor e dois cargos de assessor de imprensa, proposto no ante-Projeto de lei, em consequência da Mensagem Governamental. Quero crer que a Emenda substitutiva já devidamente apoiada pelo Sr. Governador do Estado e pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas, haverá de atender uma antiga pretensão da Presidência do Tribunal de Contas do nosso Estado, que, concedida tal medida, haverá de, por certo, fazer com que o Tribunal de Contas tenha mobilidade maior, para urgenciar a solução dos problemas que lhe são postos à consideração, notadamente aqueles que dizem respeito à aprovação ou rejeição na emissão de pareceres breves das contas municipais que estão se avolumando nos diferentes organismos daquele Tribunal de Contas.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro livre a palavra. (Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Resolução n.º 23-74, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. — Apoiada. Será anexada ao Projeto.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-74, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Orfanato São Valdomiro, com sede na cidade de Irati, Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23-74, de autoria da Comissão Executiva, que integra na Parte Permanente os atuais cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Em votação emenda de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli. — Aprovada.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 30-74, que objetiva criar no Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário nível 24 (vinte e quatro) e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 101-73, que cria no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os cargos isolados em Comissão que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

101-73

Curitiba, 6 de novembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado.

O Plano de Lei ora proposto a essa Augusta Casa é altamente significativo. eis que virá dotar o Tribunal de Contas do Estado dos cargos de provimento em comissão considerados essenciais aos seus diversos serviços administrativos ensejando, também, aquela Corte de Contas, condições no sentido do aperfeiçoamento de sua metodologia de trabalho, com vistas ao pleno desempenho de suas elevadas finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Ficam criados, no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

N.º de cargos	Denominação	Símbolo
1	Diretor Geral	1-C
4	Diretores	1-C
1	Assessor Jurídico da Presidência	1-C
2	Assessores da Presidência	2-C
1	Secretário do Conselho Superior	2-C
2	Assessores de Imprensa	3-C
7	Assessores de Diretoria	4-C
1	Assistente Técnico do Conselho Superior	5-C
1	Assistente Técnico da Diretoria Geral	5-C
1	Assistente da Corregedoria	5-C
1	Assistente da Auditoria	5-C
7	Auxiliar de Gabinete	7-C

§ 1.º. Os cargos de Diretor Geral, Assessor Jurídico da Presidência, Assessor da Presidência, Secretário do Conselho Superior, Assistente da Diretoria Geral e Assessor de Diretoria, são privativos de portadores de diploma de curso superior.

§ 2.º. As atribuições e competência do Diretor Geral serão definidas e fixadas por ato próprio do Tribunal de Contas.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER — Com. de Justiça

O presente Projeto decorrente de Mensagem Governamental, obedece as formas legais sendo constitucional nada havendo que se contrarie o mesmo.

Sala das Comissões, 14-11-73.

Ovídio Franzoni — Relator

Erondy Silvério

Iga Losso

Antonio Lopes Júnior

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 267-73, que cria os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, encaminhado através de Mensagem Governamental n.º 101-73, de 06 de novembro de 1973.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e tendo em vista estar a iniciativa respaldada por dispositivo constitucional que lhe garante legitimidade de origem e, ainda, considerando ser de evidente interesse da administração pública sua aprovação, porquanto virá melhor instrumentar o Tribunal de Contas do Estado para cumprimento de sua elevada atribuição e finalmente, considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão da transformação em lei da presente proposição são as normais para tais cometimentos, não vê, esta Comissão de Finanças, como deixar de pronunciarse favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, de de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 83-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 83-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando que a Sessão Plenária do dia 26, quarta-feira, seja realizada no período matinal. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, considerando dispositivo regimental que determina o interstício de 48 horas para a matéria voltar ao Plenário, desde que constante da Ordem do Dia, consultada a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se concorda que a Sessão de amanhã seja antecipada para o período matutino, desde que a matéria já discutida e votada pelo Plenário fosse apreciada também amanhã em nova discussão. As duas Lideranças concordando com essa medida, solicito de V. Exa. o deferimento ao meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido da Liderança do Governo, consulto o nobre Líder do MDB a respeito da matéria.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Estamos de pleno acordo, já houve até entendimento com o Líder do Governo, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 23-74 e de Lei n.º 83-74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-74.

Levanta-se a Sessão.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 17-74

DATA: 14 de junho de 1974

SUMULA: Dá nova redação ao Artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15.08.69, já alterado pelo Artigo 1.º da Resolução n.º 470, de 26 de maio de 1970.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15 de agosto de 1969, al-

terado pelo artigo 1.º, da Resolução n.º 4-70, de 26 de maio de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 3.º — A verba de Assistência Social poderá ainda ser aplicada no pagamento de prestação de serviços de beneficência; na aquisição de livros técnicos, didáticos, literários e científicos, destinados à bibliotecas públicas ou de sociedades culturais; na aquisição de sementes por intermédio de Prefeituras Municipais, de entidades de utilidade pública ou que prestem serviços gratuitos à coletividade; na aquisição de material destinado à inseminação artificial ou de animais reprodutores, para servir gratuitamente a criadores e para auxiliar entidades de serviço na realização de cursos de bordado, corte e costura e atividades afins".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Projeto trata de ampliar a faixa de aplicação da verba de assistência social, a cargo do Deputado, com a finalidade principal de proporcionar maior flexibilidade no estabelecimento da política de distribuição dos citados recursos.

Tal ampliação é benéfica, especialmente no caso de áreas cuja carência de auxílio se concentra num dos setores de atividade objeto da discriminação contida na propositura em tela.

RESOLUÇÃO N.º 18-74

DATA: 14 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver Programa sobre "ESTUDO PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná" em 31 de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 19-74

DATA: 14 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova Convênio de colaboração, celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e o Estado do Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral com finalidades que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Colaboração, celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e o Estado do Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando realizar estudos e programas de trabalho, bem como levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 109.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 26 de Junho de 1974 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Lázaro Dumont.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa — Arizone Araújo — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomei — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 120-74, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 06-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110-73, encaminhando anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em

condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 110.ª Sessão Ordinária

Realizada em 26 de Junho de 1974 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa — Arizone Araújo — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomei — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 119 — 120 — 121 — 122 — 124 — 125 e 126-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.: 163-73: — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 71-73, que dispõe sobre o controle Acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.552. — Agradeça-se.

282-73: — Da Comissão Especial do I.C.M., introduzindo alterações na Lei n.º 6.364 de 29.12.72 da Lei Orgânica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.551. — Agradeça-se.

222-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 82-73, solicitando autorização para anuir a Cessão de 38.460,02 — N2 de área de Terras que a União pretende fazer à Fundação St.º Antonio e a Sociedade das Damas de Caridade do Município de Campo Largo destinado a construção do Lar dos Velhinhos Desamparados, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.550. — Agradeça-se.

177-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 73-73, que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 alqueires, de propriedade do Estado e situado na sede do referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.549. — Agradeça-se.

273-73: — Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a Sociedade "Escola Roland", da cidade de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.553. — Agradeça-se.

130-73: — Do Senhor Deputado Nelson Buffara que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá sediada na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.554. — Agradeça-se.

264-68: — Do Senhor ex-Deputado Jacinto Simões que declara de utilidade pública, o Rotary Club de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.555. — Agradeça-se.

Sob o n.º 123-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido vetado parcialmente o projeto de lei n.º

123-73: — Do Senhor Deputado Francisco Escorsin que visa sobre a doação dos tratores que especifica, tendo em vista que o veto parcial aposto incidido sobre as expressões "e um trator marca Caterpillar", de esteira, série 40 — A, motor número 1596", constantes do artigo 1.º. — A C.C.J.

Sob os n.ºs. 110 — 112 — 113 — 114 e 118-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

179-72: — Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Cascavel, para instalação e funcionamento no próximo ano letivo. — A C.C.J.

19-72: — Do Senhor ex-Deputado Armando Queiroz, que visa sobre a construção de uma unidade escolar com 3 salas no Distrito de Malú, Município de Terra Boa. — A C.C.J.

68-73: — Do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que visa autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória à BR-153, com início na região denominada Ponto do Rio da Areia, na estrada estadual entre a cidade sede de Porto Vitória, num percurso de 5 (cinco) quilômetros. — A C.C.J.

218-73: — Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Prof. do Ensino Primário Normal, Nível 16, da Escola da Granja, Município da Lapa, aposentada pelo Decreto n.º 17.363 de 19 de novembro de 1969, para importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco) por cento. — A C.C.J.

180-73: — Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que visa transferir para jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o Serviço de Trânsito dos Municípios de Itaguaçu, Santa Inês e Santo Inácio. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.ºs. 18, 21 e 23-74 e dos Projetos de Lei n.ºs. 236 — 238 — 239 — 255 — 257 — 263 — 275 — 277 — 282-73 — 01 e 15-74.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 83-74.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações à Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, na pessoa de seu Presidente, Dr. Paulo Munhoz da Rocha, pela importância do trabalho apresentado em memorial ao Exmo. Sr. Gen. Milton Mendes Gonçalves digníssimo Presidente da R.F.F.S.A., aonde justificam a criação de uma nova regional da "REDE", nesta Capital.

A dedicada e valorosa equipe de engenheiros que integram esta Associação, num levantamento de dados concretos sobre a explosão industrial que a curto prazo se abaterá sobre o nosso Estado, principalmente com o advento monumental usina hidrelétrica de Itaipu, procura através deste relatório, abrir os olhos das autoridades brasileiras sobre a importância da extensão de novas linhas ferroviárias, no trecho que ficará sob influência da R.V.P.S.C.

Solicito ainda Senhor Presidente, que da decisão do Plenário seja enviada cópia deste, ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Presidente da A.E.R.V.P.S.C., assim como ofício ao Exmo. Sr. Emílio Gomes, digníssimo Governador do Estado do Paraná General Dirceu de Araújo Nogueira, Digníssimo Ministro dos Transportes General Ney Braga, Digníssimo Ministro da Educação e Cultura e General Milton Mendes Gonçalves, Digníssimo Presidente da R.F.F.S.A. Sala das Sessões, em 26-6-74.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente,

Com o respaldo no Regimento Interno e após ouvido o Plenário os subscritores do presente requerem a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações ao Sr. Osvaldo Obrosiak que em data de ontem assumiu a Presidência do Rotary Clube Oeste.

O novo Presidente é uma das figuras proeminentes na vida social curitibana. Destacou-se nas atividades clubísticas principalmente nas Sociedades Thalia e Juventus, onde vem exercendo cargos de relevância e procurando imprimir dinamismo e ativar a vida social e desportiva. Destacou-se sobremaneira nas comemorações do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná oportunidade em que presidiu o Conselho Deliberativo da entidade formado por vários clubes do Paraná.

Após longos anos de dedicação às atividades rotarianas de nossa cidade alcança a presidência de um dos clubes. Ao assumir a direção promete envia-los esforços no sentido de tornar aquele clube de serviço atualizado, visando principalmente a renovação do espírito Rotariano, bem assim fazer dele um segundo lar para os membros do mesmo.

Em vista dos propósitos que norteiam o novo Presidente e pelos trabalhos já realizados cremos que a proposição de votos de congratulações, bem como augurando-lhe sucesso é perfeitamente justificável.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(aa) Wilson Fortes — Ivo Thomazoni

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado urgente pedido ao Doutor Osiris Sterghel Guimarães, Digníssimo Secretário dos Transportes, e ao Doutor Paulo Aguiar, Diretor do D.E.R. no sentido de que seja imediatamente reconstruída a ponte sobre o Rio da Vargem, sito no trecho da estrada que une as cidades de Rio Negro e Antônio Olinto.

A ponte em referência, está parcialmente destruída pelas enchentes e impede totalmente o tráfego, obrigando os moradores da região percorrerem um contorno de quase vinte quilômetros para atingirem seus objetivos de transporte e locomoção.

A presente proposição, devidamente atendida, proporcionará grandes benefícios àquela laboriosa população, razão pela qual esperamos seja a mesma atendida por aqueles ilustres homens públicos, que tanta prestatividade sempre tem atendido aos justos reclamos.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais e com fundamento no inciso V, infine, do parágrafo único, do art. 16, combinado com o § 2.º do art. 20, da Constituição do Estado requerem o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação por intermédio do Chefe do Poder Executivo, do seguinte pedido de informações:

- 1 — Qual a quantidade e a especificação do material escolar permanente — carteiras, por exemplo — e de consumo, adquirido no presente exercício pela Secretaria de Educação e Cultura;
- 2 — Qual o critério adotado para a distribuição do material acima referido;
- 3 — Quais as Inspetorias de Ensino, Prefeituras Municipais, colégios particulares que receberam material escolar e respectiva quantidade;
- 4 — A quem esse material foi entregue, informando-se a condição da pessoa que recebeu, se Vereador, Prefeito, Sacerdote e a Diocese — e respectivo Município;
- 5 — Quantas viagens o atual Secretário da Educação e Cultura realizou ao interior do Estado e qual o meio de transporte utilizado. Se aéreo, quais as Companhias e qual o montante em dinheiro pago pelas despesas de viagens;
- 6 — Se houve contratação de professoras, pelo atual Secretário da Educação e Cultura, e, em caso afirmativo, quantas, os nomes e respectivos Municípios.

Sala das Sessões em 25 de junho de 1974.

(c) Fuad Nacfi

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICACAO:

O presente pedido de informação destina-se a esclarecer dúvidas levantadas por interessados em se beneficiar com a distribuição de material escolar, que pelo critério atualmente adotado são vítimas de discriminação.

Essas preferências contrariam qualquer critério de equidade e justiça, por se tratar de material escolar destinado a todo o povo paranaense.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 91-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa SEICHO-NO-IE do Brasil", com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

(a) — Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Religiosa SEICHO-NO-IE do Brasil, assim denominada tem sua sede central e foro na cidade de São Paulo à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira n.º 1266 tendo como finalidade obter a iluminação da humanidade através da divulgação dos ensinamentos doutrinários de SEICHO-NO-IE.

A Sociedade Religiosa SEICHO-NO-IE do Brasil não tem finalidade lucrativa e é apolítica. Acha-se registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente e tem como organizações filiadas instituições Regionais, Sub-Regionais e Instituições locais.

Preenchendo todos os requisitos de Lei que regula a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação. Referida entidade já foi declarada de Utilidade Pública no âmbito municipal.

PROJETO DE LEI N.º 92-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET, dos quais sete com os n.ºs. 18981, 18982, 18987, 18988, 18992, 19024 e 20136, integrantes do lote n.º 43 e 2 (dois) guinchos Hyster modelo HY 7001, séries A47P3265D e A47P3266D lote n.º 45, todos pertencentes a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

PROJETO DE LEI N.º 93-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Beneficência Assistencial Espirita, com sede em Curitiba Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

PROJETO DE LEI N.º 94-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade é uma entidade religiosa de caráter assistencial e educacional conforme se verifica no artigo 4.º, onde estão registradas as nobilitantes finalidades da benemérita instituição.

Fundada em 12 de maio de 1952 e registrada sob o número 15 do Livro "A" 1 de Pessoas Jurídicas, do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, vem a entidade desde então cumprindo suas finalidades.

Verifica-se ainda no Art. 7.º item 1.º dos estatutos que a comunidade cumpre literalmente todos os requisitos exigidos por lei para tal reconhecimento, inclusive com a gratuidade dos membros de sua Diretoria.

Assim, se nos afigura como justa a medida que visa a declaração de utilidade pública de tão importante e prestativa organização, que tem larga folha de serviços prestados e reconhecidos comunitariamente.

Daí, esperamos sua aprovação unânime.

PROJETO DE LEI N.º 95-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito com sede no Município de Medianeira e jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7.ª CIRETRAN.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A indicação do Município de Matelândia para sede de mais uma "CIRETRAN", é devido ao fato do mesmo contar com mais de 2.000 veículos número esse, superior ao existente nos demais Municípios. Tomou-se por base ainda, a situação geográfica e rodoviária, dois dados importantes que afetam a vida econômica do povo, assim como o grande surto de progresso que está transformando essa Região.

Assim sendo, contamos com o apoio dos Senhores Deputados, que saberão entender o porque desta nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 96-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Evangélica Transmundo, com sede na cidade de Campo Mourão - Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 24 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Missão Transmundo é uma entidade de caráter beneficente, religioso e filantrópico, conforme se verifica no artigo 2.º de seus anexos Estatutos.

Ela não visa qualquer finalidade lucrativa e seus diretores nada percebem em caráter de ordenado ou ajuda de custos.

É uma entidade que tem prestado relevantes serviços, não só na Assistência Social, como também no sentido educacional, orientando principalmente a juventude no sadio caminho cristão.

Atualmente mantém em sua sede, na cidade de Campo Mourão, um acampamento permanente de caráter cultural, que reúne jovens de todo o Estado em encontros de estudos e debates.

Assim, pelos relevantes serviços prestados esperamos seja o presente Projeto aprovado unanimemente.

PROJETO DE LEI N.º 97-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra de sua propriedade, sob o n.º 3 (três), da Quadra n.º 83 (oitenta e três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

(a) — Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei Municipal n.º 404, de 17 de abril de 1970, o Município de Paranacity doou ao Governo do Estado do Paraná a data de terra sob o n.º 3 (três), da Quadra n.º 83 (oitenta e três), da Planta Geral da cidade de Paranacity, para fins de construção do prédio próprio da Agência de Rendias Estaduais.

Ocorre que, até o momento, a referida obra não foi iniciada e ao que tudo indica, tal não ocorrerá tão cedo.

Diante disso e também por estar a Prefeitura de Paranacity necessitando do citado imóvel para uma construção pública, a reversão do mesmo se faz necessária. Ainda mais: a Prefeitura se compromete a doar novo imóvel ao Estado em local adequado para a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna na manhã de hoje, para apresentar um Requerimento de um assunto já debatido nesta Assembléia, mas um assunto que é de alto interesse para o nosso Estado, conforme comprova documentos que tenho em mãos, elaborado pela Associação dos Engenheiros da Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Memorial este que dá um histórico da nossa economia, que dá um movimento sócio-econômico da nossa Região, que justifica a nossa presença na Tribuna desta Casa.

Seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um voto de congratulações à Associação dos Engenheiros da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, na pessoa do seu ilustre Presidente, Eng. Dr. Paulo Munhoz da Rocha. Tivemos neste trabalho que é de grande importância para o nosso Estado e que vem plenamente justificar a criação de uma nova regional da RVPSC em nossa Capital. Porque como todos os Srs. Deputados sabem, hoje, o Paraná está subordinado à Direção Geral que é a do R. Grande do Sul. E este memorial estoreia todo o trabalho da RVPSC em nosso Estado, bem como da sua importância para a nossa economia.

Tenho em mãos este memorial para o conhecimento dos Srs. Deputados, da construção de 2.300 qts. de rodovias que figuram no programa ferroviário do Governo Federal.

1.061, pertencerão à zona de influência da RVPSC.

E segue-se por aí, o memorial como um ciclo de grande indústria de nosso Estado, que justifica plenamente a intenção desta Associação em relação à criação da Regional da RVPSC, ou seja da Rede Ferroviária Federal em nosso Estado, que tenho aqui, como disse, estoriando os ciclos das grandes indústrias em nosso Estado. O pleno desenvolvimento industrial das cidades de Ponta Grossa, da cidade industrial de Curitiba. E temos o caso de Itaipu, onde num trabalho magnífico esta Associação nos dá os dados dessa grande usina, ou sejam a maior usina hidroelétrica do mundo.

Temos o caso da Petrobrás, Refinaria de Araucária; Da Usina protótipo. Entrepósito de Paranaguá.

Então, Srs. Deputados, por todos estes dados, por este magnífico trabalho que vem de desenvolver a Associação dos Engenheiros da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, justifica a nossa presença nessa Tribuna e fazer este voto de congratulações aos engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina. Bem como estendendo e nos congratulando com o apelo que estão fazendo no momento, à Direção da Rede Ferroviária Federal, nós nos congratulamos com esta entidade e estendemos nosso apelo à mesma autoridade, bem como ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Ministro da Educação. Enfim, a todas as autoridades federais, para que ochem, com carinho, esta reivindicação justa que é do alto e do grande interesse do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Como não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente, no qual concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Domicílio Scaramella.

O SR. DOMICÍLIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos hoje cópia do Ofício de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, enviando a esta Casa justificativa com referência a um veto ao Projeto de Lei n.º 60-73, nos seguintes termos: (Lê) "Tenho a honra de acusar recebimento do ofício 29-74, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que, usando da atribuição que me confere o artigo 47 inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 60-73, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada de acesso à sede do Município de Bituruna até a Rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Rio Grande do Sul".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentamos que o Sr. Governador do Estado com a maior facilidade vete um projeto desta natureza. Sabemos nós que o artigo 25 e 23 da Carta Política Estadual não nos dá o direito de apresentar projetos aumentando despesas do Orçamento do Estado. Mas, S. Exa. o Sr. Governador bem poderia ter sancionado este projeto e incluir no Orçamento para 1975 as despesas para construção dessa estrada. Srs. Deputados. Lamentamos porque o Município de Bituruna, sem acesso em condições de trânsito em época chuvosa e com a BR-153, obra esta construída pelo Governo Federal. S. Exa. o Sr. Governador do Estado não dá condições para que a Região Sul desenvolva-se dentro de suas necessidades. Lamentamos nós, porque as estradas que estão afetadas ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná são estradas intransitáveis na minha Re-

gião. E se o Governo Federal não tivesse construído a Estrada de União da Vitória a São Mateus, hoje não estaríamos trafegando normalmente. E deixamos aqui mais uma vez o nosso veemente protesto pela atitude do Sr. Governador do Estado, ao vetar este projeto de nossa autoria. Sabemos que não é nossa atribuição aumentar despesas, mas o nosso projeto autorizava o Sr. Governador, portanto não é inconstitucional. O Sr. Governador, se tivesse boa vontade, poderia muito bem ter sancionado o Projeto de Lei 60-73 e incluir no Orçamento do Estado os 35 quilômetros que ligam União da Vitória à Estrada BR-153 que vai até Erechim no Rio Grande do Sul.

Voltaremos em outra ocasião, a debater este assunto para que conste dos Anais esta atitude do Sr. Governador do Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Já é uma norma do Governo do Estado vetor projeto de lei em cujo texto crie ou aumente despesa. S. Exa. invoca sempre o dispositivo constitucional que dá ao Poder Executivo iniciativa de projetos desta natureza.

Queria apenas dizer que o veto ao projeto de autoria de V. Exa. não significa absolutamente que o Governo do Estado não esteja preocupado em dar solução ao problema focalizado por V. Exa.

Quero crer que a curto prazo o Governo terá condições de construir a Rodovia que haverá de ligar o Município de Bituruna a BR que liga o Município de União da Vitória a Erechim no Rio Grande do Sul.

Por iniciativa deste Governo nos próximos sessenta dias serão iniciadas as obras das rodovias vicinais em sua primeira etapa, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico deixou à disposição do Governo os recursos necessários à construção de quase dois mil quilômetros de estradas vicinais.

Em uma segunda etapa começarão a ser projetadas novas obras para início no próximo ano.

Quero crer que o projeto de V. Exa., embora vetado, tenha servido como alerta ao Governo do Estado da necessidade imperiosa da inclusão desta Rodovia no plano de estradas vicinais. Se não estiver incluída na primeira etapa, deverá ser incluída na segunda etapa.

Estou com V. Exa. e herei no que estiver em mim, tudo fazer para ajudá-lo perante ao Governador e apelar no sentido de que esta Rodovia seja incluída no plano de obras de estradas vicinais que o Governo deverá mandar construir no sentido de interligar todas as sedes dos Municípios com as estradas troncos aquelas asfaltadas que demandam para os centros de consumo maior.

Portanto, V. Exa. tem razão em queixar-se, mas o Governo cumpre dispositivos constitucionais e, tenho certeza, não vai deixar de considerar o apelo de V. Exa.

O SR. DOMICÍLIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de V. Exa. e espero que V. Exa., na primeira audiência que tiver com o Sr. Governador, faça o apelo para incluir esta estrada, embora o Estado não tenha condições financeiras de asfaltar a BR-153 que se inclui esta estrada, ao menos, no Plano Rodoviário para estradas vicinais.

Deixo o apelo a V. Exa., porque esta estrada não pode ficar marginalizada, porque nós que conhecemos os problemas daquela Região e a representamos nesta Casa, não podíamos ficar calados.

Aproveito a oportunidade para congratular-me com o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes pelo brilhante pronunciamento referente ao trabalho dos engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina. Já, em outra ocasião, dois Requerimentos apresentamos, nesta Casa, quando tivemos conhecimento das reivindicações dos engenheiros, mesmo antes desta Casa ter recebido o expediente por eles enviado. O primeiro Requerimento de nossa autoria era dirigido ao Sr. Ministro dos Transportes e o segundo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal. Portanto, mais uma vez, nossas congratulações ao nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23-74, de autoria da Comissão Executiva, que integra na Parte Permanente os atuais cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA — com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli solicitando que a Emenda oferecida ao Projeto de Resolução n.º 23-74, de acordo com o art. 134, parágrafo 2.º, Inciso 5.º, seja transformada em Projeto em separado. Em votação o Requerimento. — Aprovado.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 30-74, que objetiva criar no Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário nível 24 (vinte e quatro) e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 101-73, que cria no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os cargos isolados em Comissão que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o Projeto de Lei n.º 267-73, há uma Emenda de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni do seguinte teor: (Lê)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N.º 267-73

Considerando que para o número atual de Diretorias do Tribunal de Con-

tas (7) existem 7 cargos de Diretor, sendo 4 isolados de provimento efetivo e 3 isolados de provimento em Comissão, e que o Anteprojeto visava fixar vencimentos para os primeiros, quando vagassem;

Considerando que, para a doutrina administrativa do Tribunal de Contas, o cargo de Diretor-Geral tinha por finalidade a substituição do Secretário-Geral;

Considerando que, para a doutrina administrativa do Tribunal de Contas, e visando a economia do Erário Estadual, é dispensável a criação de 2 cargos de Assessor de Imprensa;

Considerando que existe dotação própria no orçamento do Tribunal de Contas para o pagamento de vencimentos de ocupantes de cargos em Comissão;

é proposto o seguinte Substitutivo Geral:

Art. 1.º — Ficam criados no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado os seguintes cargos isolados de provimento em Comissão:

N.º de cargos	Denominação	Símbolo
1 (um)	Subsecretário-Geral	1—C
1 (um)	Assessor Jurídico da Presidência	1—C
2 (dois)	Assessores da Presidência	2—C
1 (um)	Secretário do Conselho Superior	2—C
7 (sete)	Assessores de Diretoria	4—C
1 (um)	Assistente Técnico do Conselho Superior	5—C
1 (um)	Assistente Técnico do Subsecretário-Geral	5—C
1 (um)	Assistente da Corregedoria	5—C
1 (um)	Assistente da Auditoria	5—C
7 (sete)	Auxiliar de Gabinete	7—C

§ 1.º — Os cargos de Subsecretário Geral, Assessor Jurídico da Presidência, Assessor da Presidência, Secretário do Conselho Superior, Assistente do Subsecretário Geral e Assessor de Diretoria são privativos de portadores de diploma de curso superior.

§ 2.º — Os cargos isolados de provimento efetivo de Secretário Geral e Diretor, constantes da Parte Suplementar do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas (anexo II da Lei n.º 6.117 de 22.6.1970) tornar-se-ão — ao vagarem — em cargos isolados de provimento em Comissão, sendo-lhes então, atribuídos os símbolos:

Secretário Geral	1—C
Diretor	1—C

§ 3.º — O Subsecretário Geral substituirá o Secretário Geral nas faltas e impedimentos deste.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 23 de junho de 1974.

(a) Ivo Thomazoni
(Ass. ilegíveis)

JUSTIFICATIVA:

A Emenda Substitutiva ora formulada, visa em linhas gerais, maior e mais perfeita adequação da medida à doutrina administrativa do Tribunal de Contas do Estado e está orientada no sentido de harmonizar a criação dos pretendidos cargos em comissão à atual estrutura orgânica do referido Tribunal.

A Emenda proposta suprime quatro (4) cargos de Diretor e dois (2) de Assessor de Imprensa o que trará considerável economia ao Estado e não prejudicará os serviços daquele órgão, já que os cargos isolados de provimento efetivo de Diretor, ao vagarem, serão transformados em Comissão.

Em discussão a Emenda. Em votação. — Aprovada.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná, "SUCEUSU", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 61-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS USUÁRIOS DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS SUBSIDIÁRIOS DO PARANÁ, "SUCEUSU-PR.", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA: — A Sociedade objeto deste Plano de Lei, entidade constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, tem por finalidade incentivar as relações entre as empresas usuárias ou proprietárias de computadores e equipamentos subsidiários; promover convênios entre seus associados no sentido de possibilitar auxílio mútuo dos equipamentos em caso de necessidade; amparar os interesses das empresas associadas perante os poderes públicos e quaisquer entidades de direito público ou privado, visando à segurança e o desenvolvimento de suas atividades; realizar e estimular estudos relacionados com a utilização de computadores e equipamentos subsidiários; empreender, e bem assim realizar em conjunto, serviços que sejam de interesse das empresas associadas, diligenciar no sentido de melhorar os métodos de administração e desenvolver as possibilidades de processamento das empresas associadas; estimular, mediante a divulgação dos benefícios, a utilização por terceiros dos serviços de processamento de dados; a sociedade é de caráter apolítico-partidário, sem distinção de raça, credo ou cor; e pugnar pela observância de alto nível ético entre os associados no que tange à consecução de clientes à política salarial sem que isso, entretanto, importe em limitações à liberdade de cada empresa, na administração de seus negócios.

A Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná congrega como associadas entidades que pugnam pelo engrandecimento econômico-financeiro e industrial do Paraná e Santa Catarina.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 61-74

1 — Com o presente projeto de lei, visa o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, declarar de utilidade pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná — "SUCEUSU", com sede e foro nesta Capital.

2 — Esta entidade está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título e; servem desinteressadamente à coletividade preenchendo os requisitos exigidos pela legislação regulamentadora da matéria enfocada.

3 — Face ao exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

E o parecer.

(Ass. ilegível) — Presidente

Antonio Lopes Junior — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 83-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de que seja reconstruída a ponte sobre o Rio da Vargem que une as cidades de Rio Negro e Antonio Olinto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos Projetos de Resolução e de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, pelo Memorial enviado ao Presidente da L.F.F.S.A., justificando a criação de uma nova regional da Rede em Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fuad Nacli e Erondy Silvério, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação, por intermédio do Sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela posse do Sr. Osvaldo Obrosiak na Presidência do Rotary Clube Oeste. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 27-74, 30-74, 49-74 e 73-74

marcando ainda, uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 18-74 — 21-74 — 23-74, e de Lei n.ºs 236 — 238 — 239 — 255 — 257 — 263 — 265 — 277 e 292-73 e 1-74 — 15-73 e 83-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:—

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 58-72 — de autoria do deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola, no Mun. da Lapa. PROJETO DE LEI N.º 205-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. PROJETO DE LEI N.º 73-73 — de autoria do deputado Odilon Reinhardt, que denomina Ginásio Estadual Marilis Faria Pirotelli, o atual Ginásio Estadual de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 151-73 — de autoria do deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal RUI BARBOSA, da cidade de Arapoti. PROJETO DE LEI N.º 172-73 — de autoria do deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo a doar a Fundação Educacional do Paraná — FUN-DEPAR, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Braganey, Mun. de Corbélia. PROJETO DE LEI N.º 227-73 — de autoria do deputado Alvaro Dias, que da nova redação ao artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22.6.73. PROJETO DE LEI N.º 36-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 20-74, encaminhando anteprojeto de lei que altera a partir de 1.3.74 a redação do artigo 3.º, da Lei n.º 156, de 2.10.70, que dispõe sobre a QUOTA DE PRODUTIVIDADE. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73 — ex-Proposição n.º 203-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN, e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos em Ciências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 38-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um GINÁSIO AGRÍCOLA, no Município da Lapa.

Art. 2.º — Para instalação do Ginásio Agrícola referido no artigo anterior, o Poder Executivo deverá promover a transferência do patrimônio da Secretaria de Saúde Pública para o da Secretaria de Agricultura, dos imóveis (pavilhões), construídos à margem direita da Estrada de Rodagem Curitiba — Lapa, em frente ao Senatório da Lapa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17—6—74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 205-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DE CRUZEIRO DO OESTE, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 73-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Renomear-se-á GINÁSIO ESTADUAL MARILIS FARIA PIRELLI, o atual Ginásio Estadual de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 151-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Sistema Estadual de Ensino o GINÁSIO MUNICIPAL RUI BARBOSA, da cidade e Município de Arapoti.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 172-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel abaixo caracterizado:

“Totalidade da quadra n.º 16 — Reserva para Escola — do loteamento Cidade Braganey, com área de 8.000,00 m², sem benfeitorias, localizada no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 227-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 02, de 22 de junho de 1973, passa a vigorar com a redação seguinte:

Art. 53 — No caso de vaga, impedimento ou licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 30 (trinta) dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 36-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, passa, a partir de 1.º de março de 1974, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — Fica instituída uma gratificação de produtividade, aos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios de Autarquias e classe única de Procurador da PGE, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), aos atuais integrantes das séries de classes de Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Naturalista, Químico e Veterinário, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros) e aos atuais integrantes das séries de classes de Assistente Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração e Relator, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros).

§ 1.º — Os atuais integrantes das várias séries de classes de Médico, Cirurgião Dentista e Enfermeiro, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, perceberão a gratificação mensal de que trata este artigo, na razão de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) e Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros) respectivamente

§ 2.º — Os profissionais referidos no parágrafo anterior que comprovadamente não acumularem cargos públicos estaduais da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

§ 3.º — A gratificação de produtividade é dividida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

§ 4.º — A gratificação de que trata este artigo terá parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço”.

Art. 2.º — O Poder Executivo expedirá, por decreto, a regulamentação que se fizer necessária à fiel execução da presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMIEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura — DEF.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-74

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basilio Zanusso
Alvaro Dias
Relatores

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado IRIS CALDART, apresentou redação final ao seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 219-73 — de autoria do deputado João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia. APROVADA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotelo-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Lélcio Guimarães Sotelo-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 219-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados no Município de Matelândia, os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

1 — DISTRITO DE RAMILÂNDIA

— Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na oz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso Braço Sul, água acima até a foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue água acima até onde este recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação.

— Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inês, onde recebe um afluente não denominado pela sua margem direita, seguindo em linha reta até a foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia.

— Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: Começa a margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda., na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, donde em reta, por uma linha seca no sentido Norte, alcança a foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

2 — DE DIAMANTE D'OESTE

— Com Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inês, onde recebe um afluente não denominado pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca até o Rio Barra Funda; pela Barra Funda abaixo até sua foz no Rio São Francisco Falso — Braço Norte;

— Com o Município de Toledo: Começa na foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, água abaixo, até onde este recebe, pela sua margem direita, o Córrego Apepu;

— Com o Município de Santa Helena: Começa na foz do Córrego Apepu, pelo Rio São Francisco Falso — Braço Norte, água abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo daí, por este água acima até a foz do Rio Roselito ao Norte da Vila São Francisco.

— Com o Distrito de Ramilândia: Começa na foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso — Braço Sul, água acima, até a foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue água acima, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart
Relatores
Antonio Lopes Junior